



VIOÊNCIA

Lei do assédio ainda não protege a mulher

Caso envolvendo o ex-presidente da Caixa reacende discussão sobre as dificuldades de provar e denunciar a agressão sexual

» VICTOR CORREIA
» ISABEL DOURADO*

Olhar indiscreto, o convite insistente, o gesto inconveniente, a proposta incômoda — são alguns dos sinais do assédio sexual. Embora exista uma lei para proteger a vítima e punir o agressor, especialistas alertam para a dificuldade em fazê-la ser colocada em prática.

O crime de assédio sexual é tipificado há 21 anos no Brasil, conforme a Lei 10.224, de 15 de maio de 2001. O Código de Processo Penal (CPP) prevê de um a dois anos de detenção para o agressor. Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não há menção explícita ao crime, mas ele se enquadra como incontinência de conduta, motivo para demissão por justa causa.

O assunto voltou a ser intensamente debatido devido aos episódios protagonizados pelo ex-presidente da Caixa, Pedro Guimarães, investigado pelo Ministério Público depois que funcionárias do banco denunciaram a conduta criminosa em relação a elas. Conforme relataram, o ex-diretor do banco condicionava a ascensão na instituição à suposta troca de favores sexuais. As assediadas procuraram o MP por não confiarem nos canais de denúncia da Caixa e temerem ser prejudicadas.

“Muitas vítimas têm medo de perder o emprego em razão dessa denúncia. Isso torna a investigação e a punição uma coisa muito delicada. Às vezes, não se consegue ouvir outras testemunhas para comprovar o caso”, disse Antônia Carneiro, coordenadora no Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Para ela, há dificuldades na aplicação da lei. Ela defende que é preciso mudar a mentalidade no ambiente de trabalho, para que pessoas que presenciam a agressão colaborem com as investigações.

Descrédito e medo

Movimentos como o Chega de Fiu-Fiu, #MeToo e Meu Primeiro Assédio foram fundamentais para dar voz à violência cometida sobretudo contra as mulheres. Isso, porém, não representa que as denúncias de quem sofre a agressão não sejam contestadas por agentes de Estado.

“Muitos relatos e pesquisas mostram que o sistema judiciário e a polícia tendem a diminuir a importância do relato da vítima mesmo quando está fisicamente machucada. Se isso acontece com o estupro, imagine com o assédio”, explica a professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Heloisa Buarque.



O sistema judiciário e a polícia tendem a diminuir a importância do relato da vítima mesmo quando está fisicamente machucada”

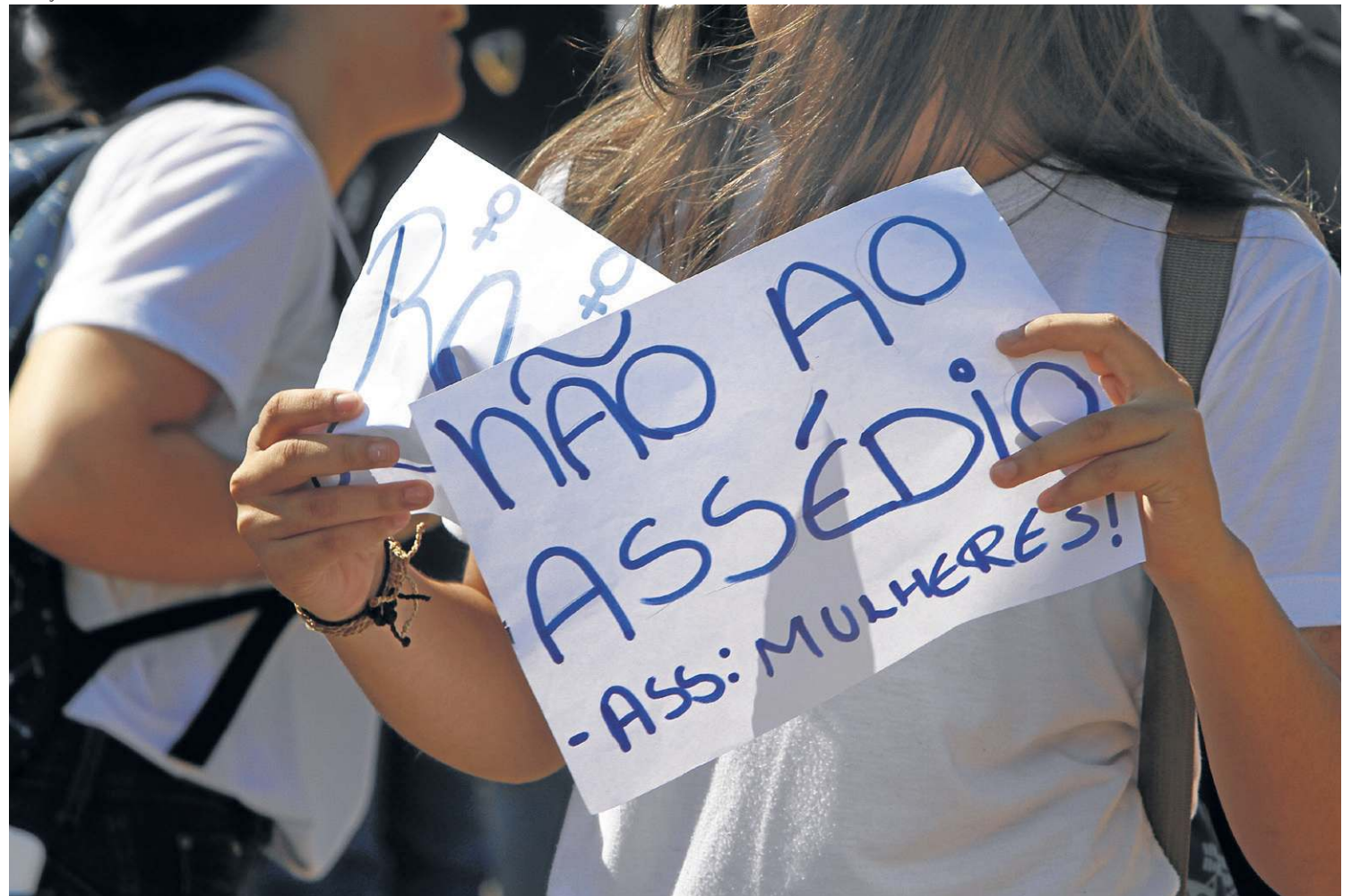
Heloisa Buarque,
professora da USP

to da vítima mesmo quando está fisicamente machucada. Se isso acontece com o estupro, imagine com o assédio”, explica a professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Heloisa Buarque. O assédio é praticado, na maioria dos casos, quando há superioridade hierárquica. Homens em cargos de chefia se sentem tentados a praticar a agressão — como vem sendo acusado o ex-presidente da Caixa.

A promotora de Justiça do estado de São Paulo Gabriela Manssur destaca que as vítimas de assédio estão fragilizadas, o que dificulta a denúncia e apuração dos crimes. Ela cobra das empresas medidas para apoiar as funcionárias nesses casos.

“Sem isso, a mulher se sente intimidada. A omissão da empresa faz com que as vítimas não tenham coragem de denunciar”, observa.

Ana Rayssa/CB/D.A Press



Protesto de alunos de escola em Sobradinho contra policial que assediou uma aluna. Homens se valem de ameaças para intimidar seus alvos

Procurador rejeitava chefia feminina

No âmbito das apurações que culminaram na denúncia contra Demétrius Oliveira de Macedo, procurador municipal de Registro (SP), por tentativa de feminicídio da chefe Gabriela Samadello Monteiro, testemunhas relataram ao Ministério Público que ele, agora réu, apresentava um “comportamento diferente do acusado em relação às mulheres com quem ele trabalhava”. Segundo os promotores Daniel Godinho e Ronaldo Muniz, que subscrevem a acusação contra Demétrius, havia um comportamento diverso nas ocasiões em que o procurador estava sob chefia de mulheres, que não era o mesmo quando estava sob chefia de homens.

Preso preventivamente desde o dia 23, Demétrius responde não

só por tentativa de feminicídio, mas também por injúria e coação no curso do processo. O juiz Raphael Ernane Neves, da 1ª Vara de Registro, aceitou a denúncia oferecida pelos promotores Godinho e Muniz na última terça-feira, e desde então foi aberto prazo de 10 dias para os advogados do procurador municipal apresentarem a defesa. Há a expectativa dos promotores de que seja realizada uma audiência preliminar em dois ou três meses e que o caso possa ser levado ao Tribunal do Júri em cerca de um ano.

Contrariedade

De acordo com as investigações, Demétrius “ficava contrariado de estar sendo chefiado por

uma mulher”. Os promotores indicam, ainda, que, no âmbito do procedimento interno que teria sido o estopim para as agressões dentro da prefeitura contra Gabriela, registradas em vídeo no último dia 20, é mencionado um caso de um desacato que o procurador teria praticado contra a chefe.

“Algo assim, de palavras duras, de não querer cumprir algumas funções. Não só quanto à vítima nesse caso, mas quanto a outras mulheres que falam abertamente: quando se tratava de um homem ocupando essa posição de destaque, o comportamento era totalmente diferente, de acatar ordem, fazer o trabalho da forma como era pedida, de entregar aquilo que se espera. Quando uma mulher ocupava esse cargo,

(a postura) se alterava para esse comportamento de enfrentamento, de não se conformar de estar numa posição em que uma mulher ocupa um cargo de superioridade hierárquica”, relatou o promotor Daniel Godinho.

Demétrius agrediu Gabriela no último dia 20, dentro da própria repartição em que ambos trabalhavam. Enquanto desferia socos contra a superior hierárquica, o procurador a xingava. Duas outras mulheres tentam impedi-lo de prosseguir com o espancamento, mas elas não conseguem contê-lo.

O procurador foi preso em uma clínica psiquiátrica em Itapetecira da Serra (SP). A defesa de Demétrius alega que ele sofre de problemas psiquiátricos.

COVID-19

Doença ganha força com a vacinação estagnada

» ISADORA ALBERNAZ*

Mais de um ano depois do início da campanha nacional de imunização contra a covid-19, o Brasil ainda enfrenta dificuldades para tornar equânime a cobertura vacinal. A constatação é do *MonitoraCovid-19*, painel desenvolvido pelo Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). De acordo com a plataforma, a estagnação na aplicação das doses e a desigualdade na quantidade de pessoas atingidas entre regiões representam ameaças para o combate à doença.

Dados compilados junto às secretarias de Saúde das unidades da Federação mostram que, até ontem, 79,18% da população

tinham o esquema primário — receberam a dose única ou duas doses do imunizante. O número representa quase 170 milhões de pessoas e faz o Brasil figurar entre os cinco países que, em valores absolutos, mais vacinou.

“A desmobilização da população em relação à gravidade da doença e a baixa procura de imunizantes em alguns locais e grupos populacionais proporcionam uma janela de transmissão da doença que pode trazer problemas ao sistema de saúde”, alerta a plataforma.

De acordo com o *MonitoraCovid-19*, o país teve três fases de vacinação. Na primeira, apesar dos poucos imunizantes disponíveis, houve uma busca grande devido ao cenário enfrentado na época,

Ed Alves/CB/D.A Press



No começo da vacinação, havia filas devido às poucas doses e à alta procura. Agora, a situação se inverteu

com altas taxas de infecção e de mortes. A segunda foi caracterizada por um equilíbrio entre oferta e procura, quando a cobertura vacinal avançou em todo o Brasil.

Mas, na terceira, o que se observa é a estagnação da cobertura e a redução na velocidade da imunização. Para Bruno Xavier, pesquisador do Instituto de

Comunicação e Informação em Saúde (Icict)/Fiocruz, a situação atual é fruto da desinformação.

“Se antes a gente via grupos com teorias conspiratórias, uma

situação em que governantes e lideranças começam a fazer esse discurso traz uma insegurança para a população. Consequentemente, boa parte não busca se vacinar. Não se vê empenho do poder público”, lamentou.

Segundo a Fiocruz, a desigualdade regional é um dos fatores que emperram a vacinação. São altas as taxas de imunização no Sul e no Sudeste, sendo que Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm áreas com baixa cobertura.

O uso político também prejudicou a vacinação, segundo o levantamento. A plataforma afirma que ao tentar acelerar a aplicação das doses para a população maior de 18 anos, prefeitos contribuíram para gerar calendários divergentes entre os municípios. Isso provocou um movimento de pessoas para outras cidades em busca dos imunizantes — e o consequente desabastecimento.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi